



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2019.0000069367

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1011874-69.2016.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que são apelantes DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. e INTERNACIONAL MARÍTIMA LTDA, são apelados FERNANDO EDUARDO DOS SANTOS BERNARDO e PATRICIA DE SOUZA SORIA.

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram, com determinação. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCOS GOZZO (Presidente) e CAMPOS PETRONI.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2019

MOURÃO NETO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação n. 1011874-69.2016.8.26.0562

Voto n. 17.111

Comarca: Santos (1ª Vara da Fazenda Pública)
Apelantes: Internacional Marítima Ltda. e DERSA
Desenvolvimento Rodoviário S/A
Apelados: Fernando Eduardo dos Santos Bernardo e Patrícia de
Souza Sória

MM. Juiz: *José Vítor Teixeira de Freitas*

Civil e processual. Ação de indenização por danos morais decorrentes de queda de veículo na saída de balsa julgada procedente. Pretensão à reforma integral ou parcial manifestada pelas rés.

Constatação de que a matéria não se insere no âmbito da competência desta Terceira Subseção de Direito Privado, mas, sim, na da Segunda Subseção, porquanto relativa a contrato de transporte, a teor do disposto no artigo 5º, inciso II, item II.1, da Resolução n. 623/2013 do C. Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça.

RECURSO NÃO CONHECIDO, com determinação de redistribuição.

I – Relatório.

Consoante a petição inicial (fls. 1/17) e os documentos que a instruíram (fls. 18/35), Fernando Eduardo dos Santos Bernardo e Patrícia de Souza Sória, motorista e passageira do veículo marca Volkswagen, modelo Saveiro 1.6 CS, placa ENA 6089, realizaram a travessia entre Guarujá e Santos na Balsa FB 24, operada pela Internacional Marítima Ltda.

Ocorreu que o veículo ocupado por Fernando Eduardo e Patrícia caiu no mar, "*pelo fato da balsa ter se movimentado enquanto estava ocorrendo o desembarque dos veículos*".

Apesar do risco de morte, Fernando Eduardo e Patrícia não

receberam nenhum auxílio dos tripulantes da balsa (que também não se preocuparam, depois, em chamar uma ambulância), safando-se sozinhos da situação periclitante.

Com base nesses fatos, Fernando Eduardo e Patrícia instauraram esta demanda, requerendo a condenação da Internacional Marítima e da DERSA Desenvolvimento Rodoviário S/A ao pagamento de indenização por dano moral, no valor individual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A DERSA ofereceu contestação (fls. 106/126), acompanhada de documentos (fls. 127/153), arguindo em preliminar sua ilegitimidade passiva e formulando pedido de denúncia da lide à Internacional Marítima. Cuidando do mérito da causa, pediu a improcedência da demanda, discorrendo sobre *(i)* a necessidade de demonstração " *de culpa das empresas demandadas para motivação do evento danoso que dão arrimo ao pleito inicial, bem como o abalo psicológico ventilado as fls., 55 dos autos*", *(ii)* a excludente de responsabilidade do caso fortuito e da força maior, *(iii)* a natureza subjetiva de sua responsabilidade, *(iv)* a ausência de responsabilidade por força de disposição contratual e da Lei n. 8.666/93, *(v)* o princípio *pacta sunt servanda*, em face da quitação geral dada pelos autores quando do recebimento da indenização por danos materiais e *(vi)* a inoccorrência de danos morais.

A contestação da Internacional Marítima (fls. 154/167), que veio com documentos (fls. 168/179), pediu a rejeição da pretensão indenizatória, sustentando a culpa exclusiva do condutor do veículo e a inexistência de dano moral. Aduziu, ainda, que prestou socorro às vítimas (ao contrário do alegou na exordial) e ressarciu os prejuízos materiais que sofreram. *Ad cautelam*, teceu considerações sobre os critérios para fixação da indenização por danos morais, defendendo seu arbitramento em, no máximo, 5 (cinco) salários mínimos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Depois de colhida a manifestação sobre as peças de defesa (fls. 182/194), o Juízo *a quo* determinou à DERSA que apresentasse "*cópia integral de sua sindicância e do auto de infração lavrado*", além de ordenar a expedição de ofício à Capitania dos Portos, requisitando "*cópia de sindicância ou inquérito instaurado para apuração dos fatos*" (fls. 195).

A Capitania dos Portos de São Paulo informou que o inquérito administrativo relativo ao evento havia sido concluído e encaminhado ao Tribunal Marítimo, situado no Rio de Janeiro, "*onde poderá ser obtida cópia dos autos*" (fls. 200).

A DERSA juntou aos autos cópias do auto de infração e da sindicância (fls. 205/552), seguindo-se os pronunciamentos da Internacional Marítima (fls. 555/558) e dos autores (fls. 559/562).

As partes foram intimadas a dizer se pretendiam a produção de provas adicionais (fls. 563/564). A DERSA respondeu negativamente (fls. 565/566); os demandantes solicitaram a oitiva de testemunhas (fls. 567); e a Internacional Marítima pediu o julgamento do feito (fls. 568).

A sentença objurgada julgou a ação procedente, "*para condenar as requeridas a pagarem aos autores a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com correção monetária e juros legais, desde a data da citação*", impondo àquelas, por conseguinte, os ônus da sucumbência, arbitrando os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação (fls. 569/572).

A DERSA (fls. 575/579) e a Internacional marítima (fls. 580/582) manejaram contra a sentença embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela decisão de fls. 583, tendo em vista seu caráter infringente.

Inconformada com a solução conferida à lide, a DERSA interpôs a apelação de fls. 585/595, postulando que a "*sentença seja integralmente*

reformada, inicialmente para julgar improcedente a pretensão dos autores, com sua condenação ao pagamento das verbas de sucumbência, ou, subsidiariamente, reduzindo-se o montante arbitrado a título de indenização e adequando o termo inicial dos juros e correção monetária conforme entendimento do STJ" (destaques no original).

A Internacional Marítima também apelou, requerendo *" inicialmente, a reforma "in totum" da sentença exarada para decretar a improcedência da ação, ou, como tese subsidiária a redução drástica da indenização imposta, no montante máximo de R\$ 10.000,00 ao casal Apelado, revertendo-se a verba sucumbencial, e por fim seja aplicada a Súmula 362 do STJ" (fls. 611/623).*

Os demandantes ofereceram contrarrazões a fls. 634/640 e 648/656, estando as da DERSA entranhadas a fls. 641/647; a Internacional Marítima se quedou inerte.

II – Fundamentação.

As apelações não podem ser conhecidas por esta C. Câmara, uma vez que a matéria aqui versada diz respeito à responsabilidade do transportador por danos causados a passageiros.

A causa de pedir, aliás, está expressamente assentada em responsabilidade objetiva derivada de contrato de transporte (cf. fls. 4/8).

Desse modo, não incide à hipótese vertente o artigo 5º, inciso III, item 15, da Resolução n. 623/2013 do C. Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça (como apontou a decisão monocrática de fls. 662/666, reafirmada a fls. 677/678, respeitado o entendimento de seu prolator), mas, sim, o artigo 5º, inciso II, item 1, da aludida resolução, segundo o qual a Segunda Subseção,

composta pelas 11ª a 24ª Câmaras, mais as 37ª e 38ª Câmaras, tem competência preferencial para o julgamento das "ações oriundas de representação comercial, comissão mercantil, comodato, condução e transporte, depósito de mercadorias e edição" (negritou-se).

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes do Órgão Especial e do Grupo Especial da Seção de Direito Privado, *mutatis mutandis*:

Conflito de competência - Ação de indenização - Contrato de transporte de passageiros - Acidente com ônibus pertencente à concessionária de serviço público de transporte coletivo. 1. O critério balizador da competência recursal é estabelecido com vistas ao conteúdo da petição inicial, em que são definidos os limites da lide, compreendidos pedido e causa de pedir. 2. É da Subseção de Direito Privado II a competência para processar e julgar ação de indenização movida por passageiro em virtude de acidente de ônibus pertencente à concessionária de serviço público de transporte coletivo, por envolver responsabilidade objetiva decorrente do contrato de transporte. Inteligência do artigo 1º da Resolução nº 281/2006, que deu nova redação ao artigo 2º, inciso II, alínea "b", da Resolução nº 194/2004. Conflito procedente para fixar a competência de uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado II (11ª a 24ª e 37ª e 38ª) para processar e julgar o recurso. (Órgão Especial – Conflito de Competência n. 0023910-08.2013.8.26.0000 – Relator Itamar Gaino – Acórdão de 17 de abril de 2013, publicado no DJE de 15 de maio de 2013).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Julgamento de apelação em ação de reparação de danos morais e materiais a envolver responsabilidade objetiva de empresa privada de transporte - Precedentes deste C. Órgão Especial - Conflito procedente, reconhecida a competência da Subseção II de Direito Privado, (Câmaras 11ª a 24ª e 37ª e 38ª), para julgamento do recurso. (Órgão Especial – Conflito de Competência n. 0031442-33.2013.8.26.0000 – Relator Walter de Almeida Guilherme – Acórdão de 17 de abril de 2013, publicado no DJE de 7 de maio de 2013).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos – Responsabilidade civil decorrente de contrato de transporte – Matéria afeta à 2ª Subseção de Direito

Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Inteligência do item II.1 do artigo da Resolução nº 623/2013 desta Corte – Conflito não acolhido – Reconhecida a competência da 38ª Câmara da Seção de Direito Privado. (Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Conflito de Competência n. 0027126-35.2017.8.26.0000 – Relator Carlos Alberto Lopes – Acórdão de 29 de junho de 2017, publicado no DJE de 4 de julho de 2017).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – ACIDENTE ENVOLVENDO PASSAGEIRO DE TRANSPORTE COLETIVO – RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE CONTRATO DE TRANSPORTE. É da Segunda Subseção de Direito Privado deste Tribunal a competência para exame de recurso oriundo de ação reparatória movida por passageiro em face de empresa de transporte, ainda que fundada em acidente de trânsito, posto que a causa de pedir remota tem por base o contrato de transporte (responsabilidade contratual). Aplicação do art. 5º, II, II.1 da Resolução n. 623/2013, afastada a regra do art. 5º, III, III.15 do mesmo regulamento, que se refere a ilícito extracontratual. Conflito de competência procedente para reconhecer a competência da 18ª Câmara de Direito Privado, para apreciar e decidir a demanda. (Grupo Especial da Seção de Direito Privado – Conflito de Competência n. 0042168-27.2017.8.26.0000 – Relator Marcondes D'Ângelo – Acórdão de 11 de setembro de 2017, publicado no DJE de 14 de setembro de 2017).

Ainda mais pertinente, pela similitude fática com o caso concreto, colhe-se o seguinte julgado desta C. Câmara:

COMPETÊNCIA RECURSAL. Transporte marítimo de passageiros (balsa). Ação de reparação por danos morais e materiais. Matéria afeta a uma das Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado II. Redistribuição determinada. Recurso não conhecido. (27ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0038462-77.2009.8.26.0562 – Relator Gilberto Leme – Acórdão de 18 de março de 2014, publicado no DJE de 31 de março de 2014)¹.

¹ Registre-se que essa apelação foi depois conhecida e parcialmente provida pela C. 11ª Câmara de Direito Privado. Ainda: Agravo de Instrumento n. 2177550-89.2016.8.26.0000 – Relator Campos Petroni – Acórdão de 27 de setembro de 2016, publicado no DJE de 10 de outubro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Confirmam-se, ainda, estes arestos da Segunda Subseção de Direito Privado, conhecendo e julgando casos análogos: (a) 12ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0010819-94.2009.8.26.0223 – Relator Tasso Duarte de Melo – Acórdão de 24 de julho de 2013, publicado no DJE de 2 de agosto de 2013; (b) 14ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 1006219-03.2015.8.26.0223 – Relator Melo Colombi – Acórdão de 6 de março de 2018, publicado no DJE de 9 de março de 2018²; (c) 18ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0003689-15.2008.8.26.0247 – Relator Roque Antônio Mesquita de Barros – Acórdão de 29 de novembro de 2016, publicado no DJE de 27 de janeiro de 2017; e (d) 22ª Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0021139-40.2001.8.26.0562 – Relator Matheus Fontes – Acórdão de 28 de abril de 2011, publicado no DJE de 24 de maio de 2011.

Mais não é preciso que se diga para demonstrar que este recurso não pode ser conhecido por este órgão colegiado.

III – Conclusão.

Diante do exposto, não se conhece do recurso, determinando sua redistribuição a uma das Câmaras da C. Segunda Subseção de Direito Privado.

MOURÃO NETO
Relator
(assinatura eletrônica)

² Do mesmo órgão julgador: Apelação n. 9075114-74.2009.8.26.0000 – Relator José Tarciso Beraldo – Acórdão de 30 de março de 2011, publicado no DJE de 19 de abril de 2011.